



ANÁLISE CRÍTICA E REFLEXIVA SOBRE UMA EXPERIÊNCIA SOCIOEDUCATIVA COM FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Gerson Heidrich da Silvaⁱ

Vanessa Alves Guedes Santosⁱⁱ

RESUMO – A proposta deste estudo foi analisar crítica e reflexivamente um trabalho socioeducativo realizado com duas famílias em situação de vulnerabilidade social, atendidas, por aproximadamente três anos, em uma ONG (Organização Não Governamental) localizada na zona sul da cidade de São Paulo. Os registros no “diário de campo” da educadora social e pesquisadora foram fundamentais na escolha do material para análise, por conter informações das intervenções e avaliação dos resultados do trabalho realizado. Na apreciação desse material, constatamos ressignificações das famílias atendidas, principalmente no que se refere ao fluxo da comunicação intrafamiliar. Verificamos, também, intervenções próximas da esfera pessoal da educadora social, fator que interferiu no desenvolvimento das ações socioeducativas. Desse modo, apontamos a supervisão formativa como parte fundamental da formação continuada do educador social, buscando instrumentalizá-lo para a prática cotidiana. Isso porque, destacamos a importância do educador social ser capaz de reconhecer situações que o coloca muito próximo das condições de seus atendidos, para que

possa sustentar a diferenciação necessária à construção de ações que, de fato, contribuam para ressignificações. Propiciar o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva do educador social na construção, desenvolvimento e avaliação das suas ações, o torna um sujeito capaz de favorecer transformações da realidade na qual intervém, bem como do olhar para o outro e para si. Consideramos, portanto, imprescindível a reflexão crítica sobre as ações realizadas e em desenvolvimento, fator fundamental para a construção de um sujeito singular.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Socioeducativo; Vulnerabilidade Social; Família; Educador Social.

ABSTRACT - The purpose of this study was to analyze critically and reflexively a socio educational work developed with two families in a situation of social vulnerability, attended for approximately three years in a Non-Governmental Organization located in the south zone of the city of São Paulo. The records in the "field diary" of the social educator and researcher were fundamental in the choice



of material for analysis, as it contained information on the interventions and evaluation of the results of the work performed. In the evaluation of this material, we verified the re-significances of the families served, especially with regard to the flow of intra-family communication. We also observed interventions close to the personal sphere of the social educator, factor that interfered in the development of her socio-educational actions. In this way, we point to formative supervision as a fundamental part of the continuing education of the social educator, seeking to instrumentalize to the practice. This is because, we emphasize the importance of the social educator being able to recognize situations that places him very close to the conditions of his attended, so that he can

sustain the differentiation necessary for the construction of actions that, in fact, contribute to re-signification. To foster the development of the critical and reflexive capacity of the social educator in the construction, development and evaluation of his actions, makes him a subject capable of favoring transformations of the reality in which he intervenes, as well as of looking at the other and at himself. We consider, therefore, critical reflection on the actions carried out and in development, a fundamental factor for the construction of a singular subject.

KEYWORDS: Socio-educational work; Social Vulnerability; Family; Social Educator.



Introdução

A motivação para a construção dessa reflexão crítica foram as questões levantadas às famílias atendidas pela educadora social e pesquisadora, ao longo da sua prática com o trabalho social: será que a bolsa auxílio no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) era o único motivo que segurava as famílias no projeto? Havia, de fato, alguma vontade de mudança? Se houve alguma mudança ao longo do trabalho socioeducativo, as famílias a perceberam como relevantes? O trabalho socioeducativo propiciou ressignificações por parte dessas famílias? Como era abrir a intimidade do seu lar para receber um educador social?

Essas questões têm sido recorrentes no cotidiano da educadora, cuja preocupação manifesta está voltada à construção de ações que, de fato, contribuam com a possível conquista da autonomia das famílias atendidas, bem como para o exercício da própria prática.

Neste exercício, contextualizaremos o trabalho social e algumas das suas interfaces, passando pelas noções de família em situação de vulnerabilidade social e de trabalho socioeducativo, bem como um perfil de educador social apresentado e discutido por Silva (2008). Em seguida, apresentaremos a metodologia e a análise crítica e reflexiva, chegando às considerações finais do estudo realizado. Buscamos, assim, fomentar novas e possíveis leituras para o fenômeno estudado, porque, já adiantamos, nossas respostas se

configuram como hipóteses fundamentadas.

Noção conceitual de família em situação de vulnerabilidade social

Segundo Campos (2004), o conceito de família vai além de pessoas ligadas por consanguinidade. Leva em consideração os diversos vínculos estabelecidos entre as pessoas que, geralmente, são moradores de uma mesma residência. Assim, o que caracteriza uma família são as relações de mutualidade e reciprocidade. Há, no seu entendimento, “pessoas que pertencem à cadeia genealógica, mas não estão verdadeiramente ligados a essa família”. Até porque, “as relações de consanguinidade e afinidade se processam além do grupo doméstico, criando uma rede de deveres e direitos, com a participação de outras pessoas (p. 13)”.

Em se tratando das famílias por nós estudadas, um aspecto era comum: a situação de vulnerabilidade social. Mote deste estudo, a família em situação de vulnerabilidade social tem sido apresentada na literatura como pobre e participante de programas assistenciais, principalmente os de repasse/distribuição de renda. Nesses programas, geralmente a mãe fica responsável por administrar o dinheiro recebido, cuja justificativa dá-se pelo seu papel maternal, caracterizado, culturalmente, pelo cuidado e dedicação quase incondicional aos filhos: nutrição, proteção, afeto etc.

Na sua configuração, encontramos uma diversidade que podemos nomear



como novos arranjos familiares, sendo a família em situação de vulnerabilidade vista como um espaço de pessoas “empenhadas uma com as outras; como relações familiares, também construídas em ligações com outras esferas, Estado, mercados, associações, movimentos” (MIOTO, 2004, p. 13).

Para Prati, Couto e Koller (2009), referindo-se ao termo vulnerabilidade, dizem que este surgiu no campo da Terapia Familiar e em uma perspectiva individualista. Afirmam que ao longo dos anos, essa perspectiva foi se ampliando e levou-se em conta o sistema em estudo partindo de uma pessoa para uma família e/ou para uma comunidade. Não só o indivíduo, mas todo o sistema demonstrou algum nível de fragilização ao vivenciar situações de risco. Quando o sistema se percebe vulnerável, surgem sentimentos de impotência e de falta de recursos, despertando fragilizações que podem levar à paralisação e/ou a quadros de enfermidades. Um sistema exposto a situações indesejáveis, de precarização e risco, pode se deparar com tentativas ineficientes de resolver impasses, acentuando vulnerabilidades. Quanto mais vulnerável estiver o sistema, a família, maior a predisposição para apresentar problemas no desenvolvimento.

Podemos definir como vulnerável o sujeito (a família) que se encontra desamparado, à margem da sociedade e, invariavelmente, dependente da assistência social. Essa dependência, que abarca as diversas esferas para que o sujeito exerça sua cidadania, mostra a

necessidade de se construir ações que possam reverter esse quadro tão desfavorável à dignidade humana, implicando, necessariamente, na conscientização de que a assistência é um direito e não um favor. Isso porque, muitas vezes, o que prevalece nas ações assistenciais e socioeducativas é o caráter de favor, explicitado quando há a uniformização das necessidades dos sujeitos e das famílias atendidas, desconsiderando, desse modo, suas subjetividades (SILVA, 2008).

Uma noção de trabalho socioeducativo

Segundo Silva (2008), o trabalho socioeducativo teve início na Europa pós-guerra, quando crianças e jovens perderam seus familiares. O trabalho do educador social era, então, integrar esses sujeitos à sociedade e a seus novos contextos de vida. Assim, o trabalho socioeducativo passou a ter uma atuação com crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, evoluindo sua atenção para o grupo familiar.

Freitas (2011) diz que o trabalho socioeducativo no Brasil foi marcado como aspecto capitalista, com forte influência da Igreja e importação dos modelos europeus e norte-americanos para a prática profissional. Um dos objetivos do trabalho socioeducativo era **amenizar** os efeitos das relações sociais desiguais, sem, no entanto, questionar o sistema no qual se criavam e reproduziam tais desigualdades.

As intervenções nos espaços financiados pelo Estado também se



orientavam pelo conceito de filantropia, uma vez que a assistência social era considerada benefício do Estado e não direito do cidadão. Neste sentido, o profissional agia (e muitos ainda agem) orientado pela perspectiva da bondade e da benevolência, aliadas à oferta de benefícios, geralmente modestos repasses financeiros. Em contrapartida, havia (e ainda há) a exigência da participação desses beneficiários, invariavelmente um representante da família em situação de risco e vulnerabilidade social, nos grupos socioeducativos conduzidos por profissionais das mais diversas áreas de formação, exercendo a função de educador social, característica marcante da realidade brasileira.

O educador social na realidade brasileira: um perfil

Silva (2008) constatou que no Brasil a função de educador social é relativamente nova, carecendo de uma formação específica como encontrada em alguns países da Europa, onde há a graduação universitário de educador social: Alemanha, Portugal, Espanha, por exemplo. Em seus estudos, verificou que a identidade de educador social no Brasil está em construção, o que requer investimentos em formação continuada. Na realidade brasileira, esses educadores geralmente apresentam características e condições de vida muito próximas às das pessoas por eles atendidas, principalmente quando são moradores da mesma região e partilham de dificuldades semelhantes.

Um traço característico desse educador

é, consciente ou inconscientemente, desenvolver suas ações muito próximas do assistencialismo, mesmo que em seu discurso manifesto queira deixar claro que a finalidade de seu trabalho é favorecer o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo das pessoas atendidas. Aliás, os conceitos de autonomia e protagonista são usados constantemente, porém pouco discutidos em sua etimologia, o que, em certo sentido, favorece à noção do senso comum na prática cotidiana.

A suposta necessidade de ajudar e querer fazer algo melhor para o outro, muitas vezes atrelada à alguma religião, configura-se como um traço característico do perfil do educador social. Não raramente, suas crenças e valores sobrepõem-se à escuta da demanda da população atendida, levando à construção e desenvolvimento de ações pouco favoráveis à alguma transformação da realidade na qual intervém.

Outro aspecto importante a ser destacado é o fato de que atuar na função de educador social tem sido, para muitos profissionais recém-formados nas mais diversas áreas, a primeira oportunidade de trabalho. Há, neste sentido, o pressuposto da temporalidade, ou seja, atua-se nessa função até “conseguir algo melhor”. Talvez aqui se justifique a falta ou o pouco investimento na formação para o exercício da sócio educação, como diz Silva (2013), culminando, pelo menos em parte, na falta de construção de metodologias de trabalho. Quando estas existem, geralmente são aplicadas e/ou replicadas



com pouca reflexão ou crítica, resultando, não raramente, em mesmices.

Diante disso, Silva (2013) reitera a importância da supervisão formativa como parte da formação continuada do educador social, sendo sua principal característica a disponibilização de um espaço de escuta atenta às manifestações do educador. Ou seja, uma escuta desprovida de juízo de valor, favorecendo, inclusive, a exposição das angústias, dos sentimentos e emoções oriundas da sua prática.

Por falta de metodologias consistentes e de um espaço de interlocução, segundo Silva (2013), esse educador insere suas crenças e valores na relação com o outro, dizendo-lhe, às vezes sem se dar conta, como deve conduzir sua vida e suas escolhas. Este fato não contribui para a reflexão sobre as ações desenvolvidas, bem como a avaliação do que foi feito e do que se pretende fazer, dificultando ou impedindo possíveis ressignificações.

Soussumi (2011) afirma que um educador social precisa ter diversas habilidades e sensibilidades para conseguir contribuir com o desenvolvimento do outro, mas para isso é preciso ter ciência de que também é uma matéria em transformação. Dessa forma, tanto o educador quanto o atendido podem desenvolver sua autonomia, apesar das adversidades encontradas ao longo do processo. As mais comuns, voltadas ao educador social, são a falta de recursos materiais e financeiros, o pouco investimento das instituições na sua formação e, retomando Silva (2013), a

gestão muitas vezes amadora e o descaso do Estado.

A seguir, apresentaremos a metodologia desenvolvida no trabalho socioeducativo com duas famílias em situação de vulnerabilidade social, objeto de análise crítica e reflexiva deste estudo, atendidas em uma ONG da Zona Sul de São Paulo.

A Metodologia Desenvolvida

Nossa análise crítica e reflexiva sobre o trabalho desenvolvido com famílias em situação de vulnerabilidade social contou com o estudo de dois casos, acompanhados por aproximadamente três anos pela equipe de educadores sociais da qual a pesquisadora participava. Essas famílias foram escolhidas pela possibilidade de se analisar as intervenções dos profissionais da ONG, educadores, rede sócio assistencial e também o desenvolvimento dos atendidos. Apresentaremos o processo vivenciado por essas duas famílias, sendo o material para análise e discussão o conteúdo registrado no “diário de campo” da educadora social e pesquisadora.

A metodologia de trabalho socioeducativo da ONG (Organização Não Governamental) tinha como objetivo a parceria com as famílias atendidas para o desenvolvimento de um trabalho social, visando uma assistência temporária até a família alcançar a autonomia nas diversas áreas de suas vidas. As etapas foram:

- a) Estabelecimento do contrato

O contrato tinha como finalidade esclarecer quais eram os deveres e direitos



das famílias e obrigações da instituição, sendo passível de rompimento a qualquer momento.

b) Visitas semanais na casa das famílias atendidas

Era o ponto central do programa, porque através da visita semanal o educador tinha condições de estabelecer o vínculo afetivo com os membros da família.

c) Desenvolvimento e estabelecimento do vínculo por meio do afeto

Compreendia-se que o desenvolvimento e manutenção da relação afetiva e cuidadora era fundamental, permitindo o estabelecimento de uma relação de confiança e esperança.

d) Desenvolvimento de uma maternagem substitutiva

A maternagem substitutiva parte do pressuposto de que todo ser humano necessita de cuidados maternos para garantir sua própria sobrevivência. Assim, entendia-se a necessidade de um **útero social** para ajudar nesse desenvolvimento, pensando que a realidade de muitas famílias era a ausência desse cuidado. O termo **útero social** era usado apenas nessa ONG, para configurar o trabalho dos educadores com as famílias, cuja função visava a reprodução de todos os cuidados parentais (maternos e paternos).

e) O levantamento de histórico familiar e a construção do genograma

O genograma, segundo Muniz e Eisenstein (2009), é um instrumento gráfico, construído após o levantamento do histórico de vida familiar por no máximo três gerações. É um diagrama que

apresenta a árvore genealógica e emocional da família.

f) Uso da prosódia na comunicação

A prosódia é uma palavra originária do grego e diz respeito ao estudo do ritmo e entonação da fala, tais como duração, intensidade ou sonoridade, vibração das cordas vocais e outros atributos da fala que não podem ser preditos pela fala ortográfica. Era usada a prosódia nas intervenções familiares, porque através dela podia-se perceber a emoção na fala, propiciando uma escuta ampliada.

g) O incentivo à busca da autonomia

Considerava-se a conquista da autonomia quando o indivíduo (família) adquiria a capacidade de auto-organização, adaptando as ofertas do meio às próprias necessidades internas, além de elencar prioridades e responsabilizar-se pelas suas escolhas.

h) Incentivo à construção de um projeto de vida

Compreendia-se que, para uma vida ter significado, havia a necessidade de um projeto de vida a ser almejado, buscado e conquistado.

Apresentação das famílias e respectivas análises

A seguir, para o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva, faremos uma breve introdução das famílias que vivenciaram o trabalho socioeducativo, mote deste estudo. Apresentaremos as famílias por meio do gráfico de genograma e de quadro demonstrativo, informando a situação de cada uma delas ao entrarem no projeto. Ainda, as intervenções



socioeducativas e a situação dessas famílias no encerramento das atividades realizadas.

Análise crítica e reflexiva – família 1

Essa família foi atendida por aproximadamente 5 anos, por uma dupla de educadores como no modelo inicial do projeto. Geralmente, as visitas domiciliares eram feitas aos sábados à tarde, a casa estava sempre limpa e a responsável familiar pronta para recebê-los. As visitas eram rápidas, pois, aparentemente, não havia demanda para acompanhamento.

Quando a família entrou no projeto, os filhos estavam na lista do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Com a inserção da nova educadora, no caso esta pesquisadora, percebeu-se que a família atendida apresentava certa carência de comunicação entre os seus membros. Algumas intervenções foram realizadas a partir desse novo olhar, assegurando uma escuta mais próxima da imparcialidade. As ações visavam o bom fluxo de comunicação intrafamiliar, o que foi possível após alguns meses de trabalho. Vínculos afetivos foram refeitos mediante diálogo que favoreceu a manifestação de uma situação sofrida pela filha adolescente. Esta contou para a mãe o que a oprimia. Em seu discurso manifesto, dizia que havia sido molestada pelo pai. Diante disso, houve um encontro entre os membros da família, mediado pela educadora social, na tentativa de esclarecimentos e possível reconciliação afetiva das relações. O pai, aparentemente

envergonhado e arrependido, ajoelhado e chorando, pediu perdão para a filha.

A educadora, depois de discutir em supervisão (na ONG) o caso, foi orientada a encaminhar a família para alguns serviços de assistência: o pai deveria buscar ajuda no grupo de AA (Alcoólatras Anônimos); a mãe, por sua vez, no Nar-Anon (grupo que oferta apoio aos familiares de dependentes de qualquer droga). Ambos assumiram o compromisso de que realizariam a ação proposta, porém, foram apenas uma vez aos respectivos grupos, mesmo com a educadora reforçando a necessidade desses acompanhamentos.

Discutindo essa situação em supervisão, a educadora foi orientada a fazer uma denúncia anônima e deixasse a rede de proteção do Estado cuidar do caso. Ao chegar a denúncia, a família mostrou à educadora que, seguindo as orientações da supervisão, não fez alguma intervenção. Esse procedimento causou certo desconforto à educadora e propiciou alguns questionamentos: cadê o vínculo afetivo? E a transparência que fazia parte da metodologia? Esses questionamentos levaram a educadora a concordar com Silva (2013), quando este afirma que o supervisor não deveria ter vínculo empregatício com a instituição, para que possa assegurar sua autonomia. Embora respeitando os pressupostos institucionais, o supervisor poderá fazer intervenções e propor ações que, de fato, mobilizem a equipe, proporcionando a reflexão crítica sobre as ações desenvolvidas.

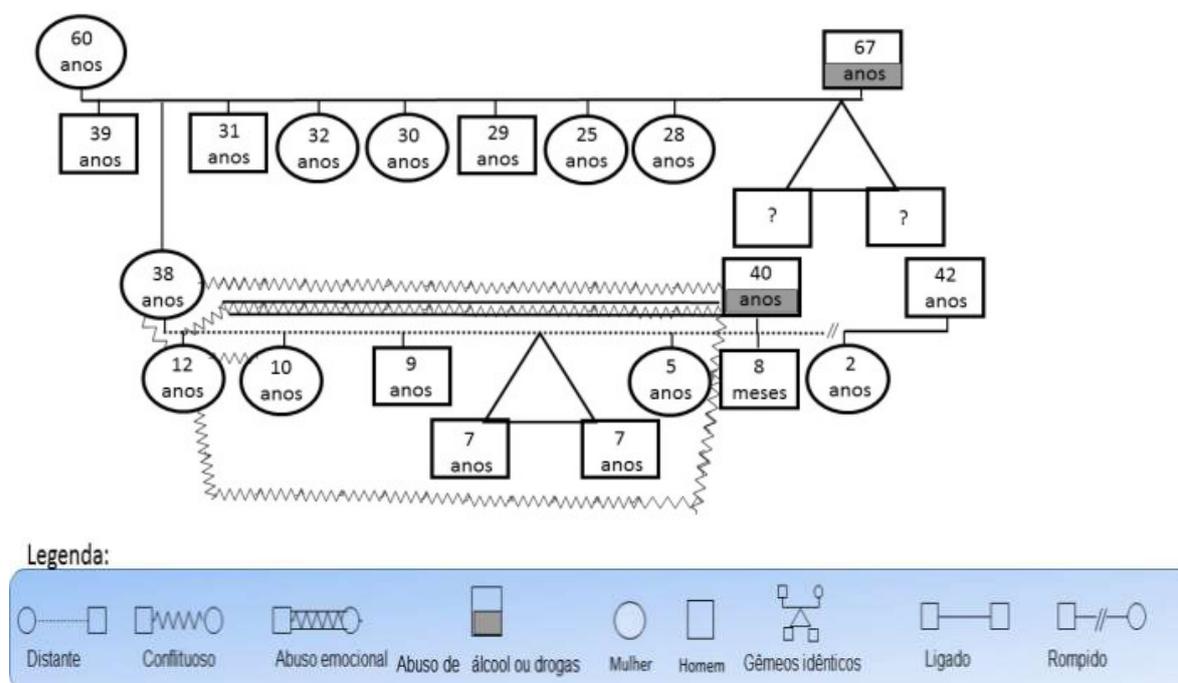


Figura 1
Genograma – Família1

Neste caso, os supervisores da ONG faziam parte da diretoria e a educadora, ainda no primeiro semestre de faculdade de psicologia, tinha como crença que as orientações eram a forma correta a ser seguida, independentemente das manifestações de seus sentimentos. Como não possuía sustentação teórica, a educadora submeteu-se às orientações sem crítica e/ou reflexão. Não que a educadora tenha deixado de ser ouvida, mas, devido sua insegurança e pouca experiência, não tinha a devida segurança para sustentar seus posicionamentos junto

aos supervisores, acatando as orientações como “verdades absolutas”.

Reiteramos Silva (2008) quando diz que o trabalho socioeducativo tem como premissa a construção de metodologias a partir da prática cotidiana, o que requer uma construção conjunta: é necessário ouvir a comunidade, os indivíduos, a rede de apoio e os educadores, ou seja, todos os envolvidos nesse processo. Além disso, é de suma importância pelo menos um norteador teórico embasando as ações, configurando-se, assim, a profissionalidade.



AO ENTRAR NO PROJETO	INTERVENÇÃO	AO ENCERRAR AS ATIVIDADES
A filha mais velha apresentava sofrimento e ninguém sabia o que se tratava.	Foram estimuladas a aproximação de ambas. Filha e mãe.	Melhora no relacionamento entre estas. Passou a existir diálogo.
A família vivia em subgrupos.	Passeio ao parque quase todos. (o pai faltou a esta atividade) Aplicação de brincadeira improvisadas.	Melhora no envolvimento interpessoal.
Faltava a comunicação entre a família e havia ausência da percepção do outro.	Os pais foram estimulados a participação mais ativa na vida dos filhos. Procurando saber como foi o dia destes, olhando o caderno escolar, entre outras atividades.	Melhora na comunicação e autoconfiança dos filhos.
O pai trabalhava na construção civil e era alcoolista.	Encaminhamento para grupo de apoio a alcoolistas.	Continuou na mesma situação inicial.
Mãe do lar e omissa.	Estimulada a pensar e sonhar em seu projeto de vida.	Conquista de trabalho com carteira assinada.

Quadro demonstrativo Família 1

Ainda no caso dessa família, a denúncia foi feita e houve a necessidade de comparecer ao Conselho Tutelar para investigação. No entanto, a conselheira conhecia a mãe, por ajudá-la numa conquista de vaga escolar, o que a fez ignorar a denúncia. Depois do ocorrido, considerando os dois anos de acompanhamento dessa família pela nova educadora (pesquisadora), segundo relatos dos membros da família, o pai não voltou a molestar a filha.

Importante ressaltar que, neste caso, a rede de apoio arquivou a denúncia sem ao menos investigá-la. Em nenhum momento a filha foi chamada para falar se a denúncia era real ou não. Esse arquivamento foi visto como um alívio para os pais e preocupação aos educadores. Afinal, a metodologia socioeducativa, além de nortear o que eram deveres e direitos das famílias, também tinha como objetivo potencializar o desenvolvimento biopsicossocial.



No que diz respeito à proteção à criança, pensamos que, de certa forma, esse direito foi negligenciado. A relação de amizade entre a mãe e a Conselheira Tutelar contribuiu para que as medidas protetivas, definidas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), não fossem cumpridas. Faltou, aqui, uma intervenção mais precisa sobre às consequências legais e emocionais dessa conduta, uma vez que os conselheiros tutelares são de suma importância no trabalho social, desde a notificação de situações de maus tratos, negligência, violência entre outros problemas, até a busca por soluções. As questões pessoais não devem se sobrepor às exigências da prática profissional.

A prevenção contra o incesto estava sendo trabalhada com essa família. A casa era composta por três cômodos, sendo que a mãe separou um quarto e ficou com os filhos homens e deixou as filhas no outro quarto com o pai. A mãe, que tinha sido orientada há algumas semanas sobre o incesto, falou que a orientação fazia sentido e que tomaria as devidas providências. Não podemos afirmar se houve incesto com o filho, apesar de algumas evidências. Mas, foi possível reconhecer que a situação problema cresceu de maneira tão intensa para o lado da filha, o que levou a educadora social a não atentar à situação do filho do casal. Hoje, reconhecemos que foi um “esquecimento” grave, pois, aparentemente é comum que os incestos cometidos com meninos sejam abafados com mais facilidade, como diz Kristensen (1996). Porém, as sequelas, assim como

acontece com as meninas, são iminentes.

Refletindo sobre a dinâmica familiar, foi possível observar que o relacionamento da mãe com a filha, supostamente molestada, era distanciado. A jovem não conseguia se envolver com nenhum subgrupo da família e por ser a mais velha a mãe tentava colocar sobre a menina a responsabilidade de cuidar da casa e de seus irmãos, exigindo-lhe a função materna. Não queria aceitar essas obrigações, mas tinha muita dificuldade de se posicionar, chorava e não correspondia às ordens da mãe.

A educadora social percebeu que a filha apresentava demanda para o atendimento psicológico, pois, além de chorosa, manifestava dificuldade no relacionamento interpessoal em todos os ambientes, tais como a escola e o núcleo socioeducativo por ela frequentado. Apresentava, também, demasiada timidez e agressividade. A outra intervenção utilizada foi de sensibilizar a filha e a mãe para o acompanhamento psicológico. A princípio, a mãe demonstrou resistência, depois passou a dizer que não teria o dinheiro para o transporte da filha. O atendimento era ofertado gratuitamente pela ONG. A educadora fez o cálculo junto à família e unindo a renda familiar e os benefícios que recebiam da ONG e do Estado, logo foi observado que a condução não seria o problema, até sobraria dinheiro no fim do mês. A filha, desde o princípio, demonstrou interesse para o atendimento psicológico, a mãe reconheceu que o empecilho levantado fora descartado e, com certa resistência,



permitiu o tratamento da filha.

Depois que a jovem iniciou o acompanhamento psicológico, a educadora começou a estimulá-la a pensar em seu projeto de vida, uma vez que já estava com 13 anos. Manifestou a vontade de ser advogada, o que levou a educadora colocá-la em contato com uma advogada voluntária, para discutirem sobre a profissão. Essa advogada a convidou para conhecer o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A jovem ficou eufórica, pois pela primeira vez andou em escada rolante, usou os serviços do metrô e do trem como transporte. Conhecendo e explorando o espaço do Tribunal de Justiça, verbalizou dar-se conta de que poderia sonhar, que com esforço e dedicação poderia alcançar seus objetivos. Suas notas melhoraram consideravelmente, manifestando ter compreendido a importância da escola em sua vida.

Agora, essa filha tem se apresentado mais crítica, falante e sonhadora. A mãe passou a se incomodar com o jeito da filha. Em alguns momentos, deixava transparecer ciúmes e inveja da filha. Essa dinâmica foi trabalhada, de maneira a favorecer o diálogo entre elas: a mãe podia falar com a filha o que sentia e a jovem também. Com o passar do tempo, aprenderam a conversar sobre o que desagradava e a elogiar o que era relevante. Aparentemente, o fluxo da comunicação intrafamiliar melhorou.

Nas visitas semanais, apesar da solicitação da presença de todos os membros da família, isso nem sempre

ocorria. Após as intervenções e acompanhamento realizado pela educadora, foi possível notar que em algumas visitas a família fazia questão de estar presente durante os atendimentos. As crianças apresentavam seus cadernos escolares, diziam o que gostavam ou não na escola e no núcleo socioeducativo e brincavam entre si. Nesse momento, estava sendo trabalhada a maternagem substitutiva. Os pais participavam, estimulados para que interagissem com os filhos. Pouco mais de um ano depois, a mãe compreendeu seu papel, exercendo a função materna, agora não apenas com a preocupação de cuidados básicos, mas também das relações afetivas. O pai conseguiu aproximar-se dos filhos por um período, a ponto de alguns chamá-lo de pai e não pelo nome.

Podemos dizer que o vínculo afetivo desenvolvido com a família poderia ter facilitado intervenções mais assertivas, principalmente no caso do suposto incesto. Criticamente, talvez tenha faltado conversar com a jovem sobre esse episódio, procurando ouvi-la em suas angústias. Ainda, os pais poderiam ter sido acompanhados ao A.A (Alcoólicos Anônimos) e ao Nar-Anon como medida para a minimização de certo constrangimento ao participarem das reuniões. A educadora deveria ter trabalhado as fantasias oriundas desse novo contexto que, certamente, atualizaria (e atualizou) questões vivenciadas e não resolvidas. Um exemplo foi o relato do pai, ao dizer que começou a beber com o seu pai, quando ainda era criança. Pertence



a uma família extremamente machista do norte do país e seu pai era alcoolista. Falar sobre si era difícil dentro e fora do núcleo familiar. A dificuldade mostrou-se potencializada nos grupos, o que suscitou intervenções socioeducativas para melhorar o fluxo de comunicação.

Outra crítica está voltada ao fato de que, se ainda assim fosse necessária a denúncia, a rede de apoio sócio assistencial seria comunicada pessoalmente, proporcionando pensar conjuntamente as intervenções que seriam feitas com os atendidos. Uma observação importante seria desenvolver um trabalho de orientação contínua, visando esclarecimentos dos direitos e deveres familiares. No caso do pai, inicialmente, discussões mais aprofundadas sobre suas questões, inclusive com acompanhamento psicológico em detrimento de práticas recorrentemente punitivas. A avaliação desse processo é que determinaria possíveis encaminhamentos.

Constatamos que a entrada dessa família no projeto deu-se, inicialmente, por interesse financeiro. Pois, em algumas visitas domiciliares, o tema recorrente era em torno do auxílio financeiro e o pensamento de como gastar o dinheiro. Porém, conforme o tempo foi passando e a metodologia se estruturando, houve o interesse pela proposta institucional. As visitas semanais ajudaram no desenvolvimento do vínculo afetivo, saindo do foco financeiro e entrando em pontos importantes tratando da esfera privada da família.

Em relação à autonomia, a família

como um todo estava em processo de desenvolvimento. No último ano de atendimento, a mãe estava trabalhando e participava de um curso de artesanato de chinelos, buscando melhorar sua renda para investir na compra da sonhada casa própria. A filha mais velha, conhecendo o seu potencial e desenvolvendo meios de sonhar e alcançar seus objetivos, estava se programando para iniciar um curso de informática. Foi possível desenvolver um trabalho visando a autonomia e projeto de vida em conjunto. Até o fim dos atendimentos, a relação do casal ainda não estava bem estruturada, mas aparentemente havia aberto um canal para diálogo.

A maternagem substitutiva foi usada de maneira geral, mas focada na primogênita, buscando o fortalecendo dessa relação. A construção do genograma nos levou a levantar a hipótese de uma família que pouco conhecia sobre seus membros, justificando a falta de compreensão e agressividade frequentes. O uso da prosódia, indispensável na comunicação e mediação de conflitos, facilitou a pontuação e mobilização dos membros da família diante dos diversos contextos. Apesar da constatada melhora da comunicação intrafamiliar, ruídos permaneceram.

Análise crítica e reflexiva – família 2

A família era composta pela mãe e seus quatro filhos, de pais diferentes. Quando a família começou a ser atendida pelo projeto, dois filhos estavam em situação de trabalho infantil em um mercadinho,



carregando compras para os clientes. A mãe sofria de depressão há alguns anos, com histórico de vida difícil, marcas de abandono e abuso. Apresentava baixa autoestima e dificuldade de falar sobre si, embora tivesse noção de seus deveres e direitos. O filho mais de velho, com doze anos, estava fora da escola, não se envolvia com as atividades propostas no projeto, dificultando a construção do vínculo afetivo com os educadores sociais.

Na escola, durante a aula de educação física, em um relato a filha passou a impressão de que poderia ter sofrido abuso sexual. Quando percebeu que o assunto havia chegado à coordenação da escola, calou-se. Passou a chorar e não dizia mais nada. A coordenadora da escola entrou em contato com a ONG, chamando a educadora da família para que esta avisasse a mãe da adolescente e juntas fossem à escola. Ninguém conseguiu “dar um tempo” para que essa adolescente pudesse processar e elaborar o que havia falado. Os adultos que acompanhavam o caso estavam ansiosos e em busca de uma resposta rápida. Havia a manifestação de preocupação com os riscos à saúde da adolescente, resultando na condução do caso à Delegacia da Mulher e, posteriormente, a um hospital para o exame de corpo de delito.

Cabe ressaltar que antes da manifestação sobre o suposto abuso, a educadora social tinha abordado o tema sexualidade com a adolescente. Depois da situação relatada, uma observação importante foi levantada nesta análise: ao ser abordado o tema da sexualidade e do ato sexual, não se levou em consideração se a adolescente, em sua subjetividade, estava preparada para a discussão, além de apta para entender e absorver as informações que estavam sendo passadas. Houve a constatação de que a mãe reproduziu algo que a avó da adolescente fizera: diante do medo de que a filha aparecesse grávida precocemente, reproduziu que um simples beijo poderia engravidar.

Após o resultado do corpo de delito, no qual não se constatou algum possível abuso, a mãe manifestou sentir-se envergonhada pela orientação que havia passado para a filha, mas não queria tocar no assunto. Esse fato fez com que a adolescente acreditasse que poderia estar grávida, considerando, também, as discussões sobre sexualidade. Isso nos remete ao cuidado profissional de saber avaliar se os aos adolescentes estão entendendo as discussões sobre os temas propostos, oferecendo-lhes escuta às suas fantasias e curiosidades.

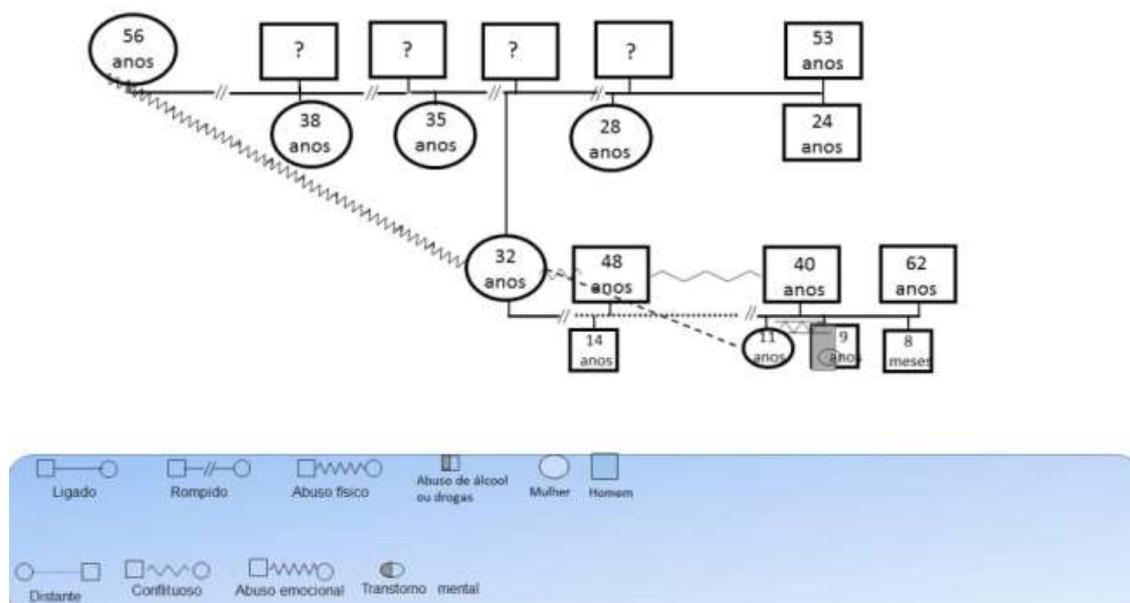


Figura 2
 Genograma – Família 2

A filha, chateada com a “mentira” da mãe, também manifestava sentir vergonha e dificuldade em conversar com a mãe. A educadora foi sensibilizando individualmente mãe e filha para uma conversa: no tempo delas, aceitaram o diálogo. Durante a conversa na casa, a educadora contextualizou a vida das duas, lembrando que já haviam passado por dificuldades e superações juntas em algumas situações vividas. Ambas davam risadas e se emocionavam em lembrar alguns casos. Quando elas começaram a falar de maneira espontânea, a educadora foi aos poucos introduzindo o assunto das informações sobre sexualidade: conseguiram falar sobre o caso. Essa situação abriu uma oportunidade para que a comunicação entre as duas melhorasse.

Em relação ao filho mais velho, durante todo o período de acompanhamento este não se vinculou afetivamente a ninguém da ONG. Convidamos um membro famoso de outra instituição para uma ação socioeducativa voltada à prevenção da criminalidade na adolescência, bem como a recolocação de jovens infratores ao convívio social. O integrante da instituição convidada visitou o jovem em sua casa e conversou com ele, a fim de orientá-lo a não se envolver com o mundo do crime e das drogas, mostrando que não teria futuro. Por aproximadamente uma semana, o adolescente apresentou bom comportamento. Depois, voltou a se comportar como antes.



AO ENTRAR NO PROJETO	INTERVENÇÃO	AO ENCERRAR AS ATIVIDADES
Filhos em situação de trabalho infantil.	Oferta do auxílio financeiro. Inserção das crianças nos núcleos socioeducativos contra fluxo da escola.	Crianças fora do trabalho infantil.
Mãe com depressão há alguns anos e resistente ao acompanhamento profissional.	Encaminhamento ao tratamento psiquiátrico e psicológico.	Recuperação do quadro depressivo.
A genitora tinha noção de seus direitos, mas não conseguia lutar por estes.	A educadora acompanhava esta à escola, posto de saúde, hospitais, entre outros serviços. Ao observar a atuação desta e discutir o que estava sendo conversado em cada lugar, a mãe começou a aprender a articular e desenvolver a autonomia.	Aprendeu a articular e lutar por seus direitos. Desenvolveu o conhecimento ao seus deveres também e buscava por seus direitos.

A filha aparentava dificuldade de aprendizagem e desenvolvia o papel materno na casa.	Foi encaminhada a equipe multiprofissional. A educadora trabalhava a dinâmica familiar e estimulava para que retomasse seu papel de filha na família.	O déficit cognitivo foi descartado. Percebeu-se que faltavam estímulos para o desenvolvimento desta. Melhorou seu rendimento escolar e voltou a ser filha.
O filho mais velho não se vinculava ao projeto, nem a escola e nada que era oferecido.	A educadora tentou vincular-se com o jovem. Sem sucesso. Levou outras pessoas na expectativa de conectar-se a alguém. Mas as tentativas foram frustradas.	Não se vinculou com o projeto. Porém sua genitora ocupou o papel de mãe e conquistou o respeito e o vínculo de seu filho.
O filho do meio apresentava convulsões psicóticas	Acompanhamento da família ao médico especialista	O filho se envolveu com o crime e foi morto

Quadro demonstrativo Família 2



Segundo Soussumi (2011), não devemos considerar que uma ou outra intervenção pontual propiciará grandes mudanças. É justamente a repetição das intervenções que pode ajudar o atendido a ver sua vida de uma nova maneira. O educador precisa se colocar a todo o tempo também como um ser em transformação, da mesma maneira que os atendidos. O adolescente já tinha um histórico de vida difícil, estávamos falando em ajudar alguém a ressignificar a sua vida, ou seja, mudar uma cultura de pensamento, o que nem sempre está respaldado em perspectivas de melhoras.

O adolescente em questão continuou desobediente, começou a levar dinheiro para casa, fruto de delitos. A mãe, agora mais fortalecida, tentava impedi-lo de viver dessa maneira, chegando a dizer que faria uma denúncia à polícia. Recusava, segundo seu discurso, a aceitar o “dinheiro roubado”. O adolescente começou a pensar que a postura da mãe era influenciada pela educadora, levando-o a intimidar a educadora com ameaças, “pedindo” para que esta não fosse mais à sua casa e nem “se metesse” em sua vida. Dizia que era bem informando e que conhecia muita gente que poderia lhe fazer mal. A partir desse dia, orientada em supervisão, os atendimentos passaram a ser realizados na ONG, como medida preventiva a qualquer ato de agressão contra a educadora.

A mãe conseguiu mostrar ao filho, por meio de atitudes, que a iniciativa de mudança surgia de dentro dela, alegando que estava em atendimento psicológico e

psiquiátrico há algum tempo, buscando descaracterizar alguma influência da educadora. Manteve-se firme em não aceitar produtos roubadas dentro de sua casa. Como ele não queria estudar, o colocou para trabalhar de ajudante de motorista com um tio que tinha um caminhão: o filho saía de madrugada e voltava à noite. Essa rotina durou alguns meses. A mãe passou a informar boas referências do filho, percebia que ele estava mais responsável, fez com que ele se desculpasse com a educadora e a rotina dos atendimentos voltou ao normal.

Meses depois diminuí a quantidade de trabalho para o tio e o adolescente foi dispensado. Começou a namorar e menos de um mês de relacionamento colocou a companheira para morar na casa da sua mãe. Em pouco tempo, a companheira engravidou e ele voltou para a vida transgressora. Em relação ao permitir que a namorada do filho ficasse na casa, a mãe disse ter se colocado no lugar da jovem, compreendendo que ela tinha dificuldade em conviver com a sua mãe. Assim, resolveu ajudá-la dando-lhe abrigo. A mãe foi estimulada pela educadora a pensar nas consequências dessa escolha, considerando os outros filhos e o espaço que havia na casa, além de como seria a privacidade do casal e de todos.

A casa era pequena, apenas três cômodos divididos da seguinte maneira: um quarto, no qual ela dormia com o filho mais novo e o namorado, quando este aparecia em sua casa, pois ele tinha outra família. O outro cômodo era usado como sala e quarto, tinha um beliche onde o



casal dormia junto (filho e namorada), e nas camas abaixo dormiam a outra filha e o outro filho. Tinha uma cozinha muito pequena e banheiro. A casa era alugada.

Pensando no assunto e convivendo com a namorada de seu filho, essa mãe percebeu que não fazia sentido acolhê-la e sim conversar com sua mãe. Ao ser chamada para conversar, a mãe da jovem explicou que a filha tinha dificuldade de relacionamento com o padrasto e agora com a gravidez ele não a queria em casa. Sendo assim, a namorada do filho ficou por um longo período convivendo com a “sogra”, que demonstrou arrependimento pela permissão da moradia em conjunto, pois, os mesmos conflitos que essa jovem tinha com a sua mãe, passou a ter com ela.

O terceiro filho, a princípio, aparentou vincular-se afetivamente com a educadora e a proposta de trabalho. Alguns dias ficava durante as visitas e conversavam, outros dias ele sumia. Ainda muito jovem, já tinha amizade com “bandidos” que o levavam para andar de moto e de carro. Com nove anos, já estava aprendendo a dirigir. Demonstrava admirar esses rapazes e tê-los como uma referência paterna. A mãe “achava” que os rapazes eram de confiança, uma vez que pertenciam à comunidade. Porém, seu filho já estava envolvido em furtos e roubos na região.

Com o passar do tempo, melhor estruturada psicologicamente e com o senso crítico um pouco mais desenvolvido, podendo olhar sua dinâmica familiar de maneira cuidadosa, percebeu que era preciso orientar o filho. Quando a mãe foi

em busca de ajuda, o filho já não a escutava, saía de casa, fingia ir à escola e não voltava no horário, algumas vezes chegando de madrugada, ignorando as tentativas de conversa da mãe.

A mãe relatou que ao procurar ajuda na rede sócio assistencial, deparou-se com o sentimento de inferioridade e de fracasso, quando os funcionários que a atendiam limitavam-se a lições de moral e repreensões, querendo ensiná-la como criar seus filhos. Reforça que quem lhe dirigia alguma atenção, imprimia-lhe crenças e valores morais, gerando constrangimento e humilhação.

Em certa situação, a mãe buscou informação junto ao Conselho Tutelar para entender se poderia abrigar o filho. Contou ter ficado muito mal, pois se sentiu julgada ao ser questionada se preferia ver seu filho acolhido ao invés de ajudá-lo a mudar. Diz ter sofrido com essa situação, uma vez que não conseguiria conter o filho e quando buscava ajuda com os prestadores de serviço do Município ou Estado era tratada, em suas palavras, como “uma leviana”.

No momento em que essa mãe foi buscar ajuda, o quadro desse filho estava da seguinte forma: tinha convulsões frequentes e surtos psicóticos, acreditava que alguém queria matá-lo. Chegou a cortar a mangueira do gás da cozinha, tentando atear fogo na casa; percebia as pessoas de sua família como bichos/monstros, com a imagem distorcida. Vizinhos relatavam que o viam usando drogas, outros diziam que o flagraram furtando na região. Quando a



mãe tentava conversar, o filho não lhe dava atenção. Na época, estava com onze anos, e a maior preocupação manifestada pela mãe era em algum momento, por acidente, mata-lo, pois ela ministrava os medicamentos para controlar as convulsões e os surtos psicóticos do filho que, por sua vez, sob o uso de drogas, recusava-se a ingeri-los: tinha de ser à força.

Nesse período, a família tinha à disposição a equipe multidisciplinar da ONG, composta por psiquiatras, neuropsicólogos, psicólogos e psicopedagogos. O filho comparecia aos atendimentos com certa assiduidade, mas depois de alguns meses saía de casa para as consultas, mas não aparecia, voltando tarde da noite para casa. A mãe parou de trabalhar para ficar atrás dele. A família passou por grandes necessidades financeiras, faltando até comida em casa.

Certo dia, quando o jovem foi acometido por um novo surto, com alucinações, a mãe procurou atendimento psiquiátrico no Pronto Socorro e, contextualizando a situação do filho, foi orientada a interná-lo. Pensando na possibilidade do surto ter ocorrido por uso de drogas, a mãe tentou internação em clínica de reabilitação, mas não foi possível: o filho tinha apenas onze anos e não assumia o uso das drogas. Chegou um momento que a mãe não descansava, pois ele sumia. Como única saída, resolveu interná-lo em um abrigo, por, segundo seu relato, acreditar que estaria em uma casa com regras e com pessoas mais firmes, que iriam ajudá-lo.

O Conselho Tutelar foi procurado e, segundo a mãe, o conselheiro que a atendeu não tinha preparo técnico, restringindo suas ações a sermões, sem sugerir intervenções que pudessem minimizar sua dor e auxiliar na recuperação de seu filho. Talvez seja possível compreender a ação do conselheiro, pois nem sempre possui formação específica para sua atuação. Apesar de aparentemente gostarem do que fazem, reiteramos Silva (2013) quando afirma a importância da formação continuada para o exercício da prática profissional, incluindo aqui a do Conselheiro Tutelar, sendo a supervisão formativa parte fundamental desse processo.

Quando o pedido da mãe foi atendido, a rede de apoio a obrigava a buscar o filho no abrigo todos os dias, levá-lo à escola e depois “devolvê-lo”. Após um mês nessa rotina, ela questionou o serviço por considerar que não havia mudança no comportamento dele: não a obedecia. Ainda, a rotina não lhe permitia trabalhar, agravando sua situação financeira. Nesse período, o repasse financeiro da ONG já havia sido encerrado e essa família estava sendo acompanhada por outra instituição. A rede de apoio informava que precisava manter aquela rotina para que não se quebrasse o vínculo familiar. Justificava certa dificuldade nas ações mediante a alegação de que tinham poucos educadores para grande demanda.

A mãe, não aceitando aquela situação e acreditando que esse trabalho poderia ser feito de outra maneira, voltou a procurar a



Defensoria Pública. Ao conversar com a promotora e provar que o filho não a obedecia e não tomava os medicamentos que o ajudava a controlar sua agressividade e as crises epiléticas, não a permitindo trabalhar e cuidar dos outros filhos, o Estado o acolheu. A mãe realizava visitas semanais, buscando manter o vínculo familiar.

Nesse caso, foi possível observar o efeito satisfatório da maternagem substitutiva com essa mãe. Não podemos afirmar que tenha sido o melhor caminho, mas foi o que ela enxergou naquele momento como possibilidade e responsabilizou-se por essa escolha. O filho mais velho aparentava se ajustar. O de onze anos, nas visitas, segundo seu relato, “sentia o filho mais carinhoso”, conversava com ele e tinha escuta. Alguns meses depois, esse filho, por apresentar bom comportamento, voltou para casa.

No entanto, na ausência da mãe, seus antigos “amigos” voltaram a procurá-lo. A princípio, era relutante em retornar à vida que o levou ao acolhimento. Aparentemente, estava bem vinculado à mãe. Por volta de um semestre mais tarde, voltou a andar com esses “amigos”. Pouco tempo depois, ele e mais dois amigos foram arremessados de uma laje. Na queda, sofreu um traumatismo craniano: óbito.

Considerações Finais

As duas experiências de trabalho socioeducativo apresentadas neste estudo foram vivenciadas pela educadora social em uma instituição que atendia famílias

em situação de vulnerabilidade social. Havia uma metodologia estruturada, com base científica, sendo a supervisão parte desse processo, porém desenvolvida pela diretoria da ONG. Desse modo, a educadora social, apesar da sua experiência de trabalho com famílias, seguia sem contestar o que era determinado por essa diretoria, respeitando os pressupostos da instituição contratante. Praticamente, desenvolvia seu trabalho à margem de alguma crítica.

Quando a educadora começou a trabalhar nessa instituição, iniciou a formação acadêmica em psicologia. Ao longo dessa formação desenvolveu um olhar crítico e reflexivo para o fenômeno da vulnerabilidade social e da sócio educação. Assim, foi-lhe possível constatar que alguns de seus conflitos, dificuldades e inseguranças, quando se tratava da prática, eram compartilhados por educadores já formados e até por pós-graduados mais experientes.

Podemos dizer, então, que para uma boa prática socioeducativa faz-se necessário o diálogo com alguma teoria de base. Como diz Silva (2009), uma prática sem teoria configura-se senso comum; uma teoria sem a prática esvazia-se de sentido. Isso nos remete a afirmar que, no exercício da sócio educação, temos de nos colocar no lugar de aprendizes, até porque lidamos com subjetividades individuais e coletivas em contextos de privação e adversidades contínuas.

Neste sentido, a insegurança pode se tornar uma aliada, ao nos mostrar que não estamos totalmente prontos para lidarmos



com os múltiplos fenômenos sociais. Estamos em construção, o que requer investimentos na formação para a profissionalidade que, em certo sentido, não se esgota em si. Retomando Soussumi (2011), se os educadores se colocassem no papel de aprendizes, a construção da busca da autonomia passaria a ser uma conquista de todos. Parece-nos arriscado quando um educador se coloca no papel de “dono do saber”, esvaziado de crítica, impondo ao outro suas crenças e valores pessoais.

Mais especificamente em relação às famílias atendidas, podemos dizer que, supostamente, entraram no programa oferecido pela ONG por interesse financeiro, pois ganhavam trezentos e cinquenta reais mensais. Porém, ao longo do processo, deixaram transparecer o medo e a insegurança, juntamente com a possibilidade de crescimento. Construir vínculos de confiança não foi (e não é) simples, pois há propósitos individuais que nem sempre são aliados aos do coletivo.

Como resultado da reflexão crítica proposta e desenvolvida neste estudo, podemos afirmar que o trabalho socioeducativo é um processo dinâmico e requer do educador social a disponibilidade de ressignificações. Como diz Silva (2008), não há rotina nessa prática, o que exige investimento contínuo

na formação, cujo ponto de partida é a clareza de que a sócio educação é um direito e não um favor. A supervisão formativa, como espaço de escuta das manifestações do educador social, coloca-se, assim, como fundamental nesse processo de formação, cuja finalidade é, justamente, o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva do educador social para a construção e desenvolvimento de ações socioeducativas distantes do assistencialismo que, em certo sentido, impera na prática cotidiana.

Podemos dizer, por um lado, que as famílias deste estudo vivenciaram um processo que lhes permitiu alguma ressignificação. Por outro, favoreceu ressignificações da educadora (pesquisadora). Afinal, revisitou, sob orientação de um supervisor formativo facilitador da crítica e da reflexão, o trabalho realizado com essas famílias. Um eixo norteador teve como base os pressupostos de Shön (2007) que, ao atribuir importância ímpar à capacidade de desenvolver trabalhos a partir da reflexão sobre a ação, posteriormente a reflexão na ação e a reflexão sobre a reflexão na ação, contemplou a construção de competência para a realização deste estudo e a clareza de que não há verdades absolutas: ressignificar é preciso.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, M. S. “Que família é essa?”, in WANDERLEY, Mariângela Belfore. OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho. **Trabalho com famílias** (v.1 Metodologia e monitoramento) São Paulo: IEE PUC- SP, 2004.

ECA (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE): Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n.8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

FREITAS, Tais Pereira de. “Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos”, in **Serviço Social & Sociedade**, (105), 30-49, 2011.

KRISTENSEN, Christian Haag. **Abuso sexual em meninos**. Dissertação de Mestrado, Instituto De Filosofia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, MS, 1996.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. “A família é um espaço de pessoas”, in WANDERLEY, Mariângela Belfore, Oliveira, Isaura Isoldi de Mello Castanho. **Trabalho com famílias**.- São Paulo: IEE PUC- SP, 2004 2v;26 cm Conteúdo: v.1Metodologia e monitoramento.-v.2 Textos de apoio. ISBN: 85-86894-20-6 Família I. Wanderley, Mariângela Belfore.II. Oliveira, Isaura Isoldi de Mello Castanho e III. Instituto de Estudos

MUNIZ, José Roberto. EISENSTEIN, Evelyn. “Genograma: informações sobre família na (in)formação médica”, in **Revista Brasileira de Educação Médica**, 33(1), 72-79 – 2009.

PRATI, Laíssa Eschiletti. COUTO, Maria Clara P. de Paula. KOLLER, Sílvia Helena. “Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de temas utilizados por terapeutas de famílias”, in **Psicologia: Teoria e Pesquisa** 25(3) p. 403-408 Vol. 25 n. 3 – 2009.

SILVA, Gerson Heidrich da. **A construção de identidade do educador social na sua prática cotidiana: A pluralidade de um sujeito singular**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo 2008.

_____. “Educador social: Uma identidade a caminho da profissionalização?”, in **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.3, p. 479-493, set./dez. 2009.

_____. **A supervisão como parte do processo de formação continuada do educador social: uma mediação necessária para a construção e desenvolvimento do trabalho socioeducativo**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013,.

SOUSSUMUI, Yusako. **Paradigma Metamórficos Desenvolvimento: A natureza dionisíaca do real**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

SCHÖN, Donald A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

WANDERLEY, Mariângela Belfore. OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho. **Trabalho com famílias** (v.1 Metodologia e monitoramento) São Paulo: IEE PUC- SP, 2004.

_____. **Trabalho com famílias** (v.2 Textos de apoio) São Paulo: IEE PUC- SP, 2004.



ⁱ Gerson Heidrich é Psicólogo, Mestre e Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Professor e Supervisor Clínico na Faculdade de Psicologia da Universidade Santo Amaro (UNISA/SP),
Realiza atendimento clínico em Consultório Particular, e-mail: psicopi@uol.com.br

ⁱⁱ Vanessa Guedes é Psicóloga, formada pela Universidade Santo Amaro (UNISA/SP), Desenvolve trabalho na área da Psicologia Social, Educadora e Empreendedora Social, e-mail: vanessapsicoeducadora@gmail.com